

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - PAULO ROGÉRIO OLIVEIRA SABIONI - Gostaria de chamar o sempre colaborador com a Educação Física, para receber uma medalha de mérito, Hélio Nishimoto.

\*\*\*

- É entregue a medalha.

\*\*\*

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - PAULO ROGÉRIO OLIVEIRA SABIONI - Para falar em nome de todos os profissionais hoje homenageados, e instituições, chamamos o professor Aylton Figueira Júnior, para falar em nome de todos os homenageados. Por favor, professor.

O SR. AYLTON FIGUEIRA JÚNIOR - Boa noite a todos. Presidente Nelson Leme, presidente Carlos Boschi, quero dizer que é um prazer poder representar todos os nossos colegas da Educação Física neste momento tão importante.

E lembrar que, infelizmente, a inatividade física acomete cinco milhões de óbitos por ano, que a inatividade física custa, em média, 15% a mais para o sistema público de Saúde e que, nos próximos anos, de acordo com as prerrogativas das evidências científicas, os principais fatores de mortalidade serão câncer, demência e doenças cardiovasculares.

Portanto, eu gostaria de conclamar, em nome de todos os meus colegas, a importância da Educação Física desde a infância, porque o Brasil é um dos países que mais cresce em termos de obesidade no mundo infantil e, como a nossa deputada Janaina falou, eu gostaria de complementar com uma frase, que “o cérebro é o único órgão que não envelhece”.

Nós teremos perdas importantes, funcionais, mas o cérebro, em função do exercício, do aumento da quantidade de oxigênio e da famosa neurogênese, reduz a demência. Então, que a atividade física e o exercício sejam implementados desde cedo e assim teremos uma sociedade mais saudável em todos os aspectos.

Parabéns a todos os nossos profissionais e aos senhores presentes.

Muito obrigado. Boa noite. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - PAULO ROGÉRIO OLIVEIRA SABIONI - Neste momento, ouviremos as palavras da deputada estadual Janaina Paschoal, que preside esta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Bem, todas as homenagens feitas, uma noite de muitas emoções. Foi muito gratificante poder participar dessas justas homenagens. Cada lágrima, cada sorriso, cada fotografia. Quanto mérito.

Então, meus agradecimentos por ter a honra de participar. Meus cumprimentos a todos os agraciados, a todos os que organizaram esta cerimônia.

Eu sei que os senhores também têm as comemorações que se seguem, tem o coquetel que ainda vai acontecer, então vamos encerrar esta cerimônia, mas com a certeza de que todos saímos daqui com o compromisso não só de manter nas nossas vidas profissionais o exercício, a atividade física, mas também o compromisso de levar adiante essa mensagem de corpo, mente e espírito.

Somos, na verdade, um organismo completo e complexo. Somos uma nação que precisa muito dessa harmonia entre corpo, mente e espírito, sobretudo em um ano desafiador para todos nós, brasileiros, como é este ano.

Então, saíamos daqui harmonizados, cada um consigo mesmo, mas como grupo, como nação. É uma alegria muito grande, senhores. Meus parabéns novamente.

Esgotado o objeto da presente sessão, eu agradeço às autoridades, à equipe, aos funcionários do serviço de som, da taquigrafia, da fotografia, do serviço de atas, do cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da imprensa da Casa, da TV Alesp, das assessorias das Polícias Civil e Militar e a todos os que estiveram presentes.

Agradeço ao Conselho Federal de Educação Física, ao Conselho Regional de Educação Física de São Paulo, a todos os conselhos regionais aqui presentes, a todos os educadores físicos aqui presentes, simpaticizantes, familiares.

Que Deus nos abençoe a todos.

Muito obrigada e até a próxima.

Parabéns. (Palmas.)

Está encerrada a nossa solenidade.

\*\*\*

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 56 minutos.

\*\*\*

## 12 DE SETEMBRO DE 2022 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando entrada na lista de oradores do Pequeno Expediente de hoje, dia 12 de setembro de 2022, com a palavra o deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V. Exa. Sr. Presidente, colegas deputados que estão nos seus gabinetes, os funcionários da Casa.

Eu queria noticiar que, no dia 8 de setembro, aconteceu a quinta reunião do Grupo Interinstitucional de Estudos sobre a Região da Cracolândia. Os moradores de lá já não querem mais que seja chamada por essa palavra, porque passa a sensação de que seria algo positivo, quando não é. Fora todo o estigma que a palavra tem. Por isso, eles pedem que falemos “Craco” como referência àquela área.

Houve a apresentação de um relato parcial das atividades do grupo. Alguns convidados do vereador Suplicy, que representa a Câmara dos Vereadores nesse grupo interinstitucional. Moradores da área também puderam ler um manifesto, expor a sua indignação diante do abandono, diante dos problemas de Segurança Pública naquela região.

Já ficou agendada uma próxima reunião para o dia 22 de setembro, que também será uma quinta-feira. Eu até entrei em contato com a assessoria. Na verdade, mandei mensagem para o próprio vereador Suplicy. A minha assessoria entrou em contato com a assessoria dele. Porque eu gostaria de convidar um pessoal que faz um trabalho importante na região da Craco, que é o grupo da Cristolândia.

Eu fui visitar o projeto da Cristolândia. É um projeto em que eles acolhem pessoas em situação de rua, envolvimento com drogadição. Fazem todo um trabalho de recuperação com psicólogas e assistentes sociais. Tem o trabalho espiritual também que eles fazem, grupo de oração. Aliás, tenho feito várias visitas a comunidades terapêuticas.

Expus isso lá na Câmara, que existe um preconceito muito grande com o trabalho realizado pelas comunidades terapêuticas. Mas, em regra, são grupos muito sérios. A própria ciência já reconhece que os tratamentos acabam tendo até maior efeito quando tem uma assistência espiritual. Então queria fazer esse relato.

Também, nesta oportunidade, gostaria de expor o meu descontentamento com o fato - e digo isso respeitosamente -, tanto do Tribunal de Justiça como da Polícia Civil, terem aberto novos concursos, havendo pessoas aprovadas em concursos anteriores, pessoas aguardando convocação.

Eu, inclusive, apresentei um projeto aqui na Casa, e vários colegas subscreveram, para que não sejam abertos novos concursos, quando têm pessoas aprovadas, para que não seja imposta a cláusula de barreira para as pessoas aprovadas numa fase se submeterem à fase seguinte.

E nós estamos vivenciando essa situação novamente, no âmbito do Judiciário e no âmbito do Executivo, gerando muita frustração nas pessoas que já estão aprovadas. Isso, sem contar as vagas que ficam ociosas. O serviço que precisa ser desempenhado e falta funcionário, os custos para a realização desses concursos.

Então, fica aqui o meu pedido expresso para que o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Segurança Pública avaliem a possibilidade de chamar, de convocar essas pessoas que já estão aprovadas em concursos válidos, anteriormente realizados.

E fica aqui também a notícia de que eu, a minha assessoria, nós estamos visitando vários hospitais, muitas maternidades, para conversar com as equipes sobre a Lei no 11.137, de 2019, que é uma lei que está em vigor. É a lei que garante à mulher escolher fazer a cesariana, é a lei que garante à mulher, quando tem uma indicação de cesariana no pré-natal, ter essa indicação acolhida, respeitada. Foram muitas as visitas.

E tenho recebido, inclusive, pleitos de municípios, de parentes de gestantes, pessoas que tiveram bebês, até, infelizmente mortos nesse processo de imposição de parto normal. E nós pedimos conscientização.

Em toda cidade a que eu vou, em todo programa de rádio a que alguém me chama para falar, eu levo esse tema. E é incrível como as mulheres sofrem essa imposição do parto normal, é incrível como essa é uma causa recorrente no estado de São Paulo, onde tem uma lei vigorando desde 2019.

Eu não posso nem pensar no que acontece no resto do Brasil, com essa imposição, com esse discurso falso de que o parto normal é sempre o melhor. É ótimo o parto normal quando ele acontece com naturalidade, com normalidade, não quando ele é uma imposição.

São muitos os casos que eu tenho apurado, as visitas que eu venho fazendo. E peço aqui atenção do ministro da Saúde, do secretário estadual de Saúde, dos secretários municipais de Saúde. Eu tenho visitado vários, inclusive, para dialogar a esse respeito.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado. Gostaria de chamar V. Exa. para continuar presidindo esta sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

\*\*\*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assumindo honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos, sigo com a leitura dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador de TV Assembleia, hoje, mais uma vez, como sempre faço, eu entrego o meu tempo aqui, da tribuna do Pequeno Expediente, para os aposentados e pensionistas se

manifestarem e fazerem um apelo à Assembleia Legislativa e ao governador Rodrigo Doria para que o confisco seja revogado em caráter de extrema urgência.

Hoje, nós temos aqui duas pessoas que estão fazendo esse apelo e esse pedido, ocupando aqui a tribuna, porque eu estou me dirigindo a vocês. Eu quero primeiro chamar a professora Maria Goretti, professora da rede aposentada, que vai fazer o seu apelo aos deputados e deputadas, e também ao governador do estado, para que seja revogado o roubo, o assalto aos aposentados e pensionistas imposto pelo Decreto no 65.021/20, publicado no auge da pandemia pelo ex-governador Doria, que prosssegue com o apoio, agora, do Rodrigo Garcia.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Muito obrigado. Essa foi a professora aposentada e confiscada Maria Goreti. Vou agora colocar uma pessoa muito conhecida por todos nós, um decano aqui da nossa luta no estado de São Paulo em defesa dos aposentados e pensionistas, que também é confiscado. Eu me refiro aqui ao Gaspar, que é o presidente da Aspal.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Quero agradecer a participação do Gaspar e da professora Maria Goreti pela ocupação hoje da tribuna, do meu espaço, e também dizer que eles estão cobertos de razão, até porque o próprio Ministério Público Federal, a PGR, na verdade, a Procuradoria Geral da República, através do seu procurador geral, já emitiu um parecer, como eu já disse, dizendo, afirmando que é inconstitucional a cobrança de contribuição previdenciária para quem ganha abaixo do teto do INSS.

Está lá no parecer da PGR. Tem também as decisões da própria Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nós temos duas, uma relacionada ao Brasil, de 2003 ou 2004, que eu já citei aqui, contestando também essa cobrança, dizendo, na verdade, que acima do teto ela não faria crítica, mas abaixo do teto sim.

E uma em relação aos pensionistas do Peru, em que também a Corte Interamericana foi questionar o confisco dos pensionistas, a redução das pensões de quem já tinha direito a pensão naquele determinado momento. A Corte se manifestou contrária, dizendo que era uma agressão à dignidade humana dos pensionistas.

Então, tem duas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e tem aqui uma outra decisão, um parecer da Procuradoria Geral da República, dizendo que é inconstitucional cobrar contribuição de quem já se aposentou, sobretudo quem ganha abaixo do teto do INSS.

Era isso.

Muito obrigado, deputada Janaina.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Continuando aqui com a lista dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo à tribuna o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Conte Lopes.

Encerrada a lista principal, eu início a leitura da Lista Suplementar. Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) E, novamente, o deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regulamentar de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta à tribuna no dia de hoje, eu quero aqui aproveitar que estou denunciando o confisco das aposentadorias e pensões promovida pelo governo estadual, editada pelo Decreto nº 65.021, em 2020, pelo Doria, e prosseguindo agora pelo Rodrigo/Doria, Rodrigo Garcia.

Me parece que o PSDB, o tucanistão está fazendo escola aqui em São Paulo, porque eu estou acompanhando aqui o que está acontecendo na PUC aqui de São Paulo, na universidade.

A PUC também vai confiscar, olha só. A PUC já anunciou o confisco, não de aposentadorias, porque não pode fazer isso, mas dos salários dos professores. É surreal. A PUC vai confiscar aproximadamente 10% dos salários dos professores. É inacreditável que a PUC esteja imitando o tucanistão.

Então, recebi aqui uma carta da Apropuc, que é a Associação dos Professores da PUC, já chamando uma greve para amanhã, dia treze. Eles vão entrar em estado de greve, por conta dessa redução salarial. Um confisco da ordem de 10%, eles querem reduzir de cinco semanas para quatro e meia.

Isso é um acordo feito em 1987, é praticamente um direito adquirido, e na carta que eu recebi, no documento, têm pareceres de juristas de peso do Brasil, dizendo que esse direito aqui é um direito adquirido, esse acordo que eles fizeram em 1987.

E agora a PUC está rompendo ao contrato, e vai, repito, confiscar salários, no momento mais grave da história do Brasil. Inflação, carestia, miséria social, salários arrojados e defasados, e a PUC se presta a confiscar os salários dos seus professores. É inacreditável, inadmissível o que está acontecendo lá.

Eu quero manifestar total apoio do nosso mandato na Assembleia Legislativa.

Tem uma carta aqui que eu vou pedir para que seja publicada no Diário Oficial, a carta da Apropuc, para que todos saibam o que está acontecendo na PUC, mas eu quero ler uma parte aqui importante, que foram as decisões tomadas recentemente, em uma assembleia representativa dos professores e das professoras, o que eles decidiram.
“Manutenção do estado de greve”. Então, os professores estão em estado de greve contra essa violação à dignidade humana e ao valor social do trabalho, eles transformam o trabalho em mercadoria.

E a PUC, que deveria dar o exemplo, que sempre foi uma universidade referência no combate ao autoritarismo, à ditadura militar, que fez parte de grandes momentos históricos da luta democrática do Brasil, sobretudo com o Dom Paulo Evaristo Arns, quando ele era o arcebispo de São Paulo, também responsável pela PUC.

Isso envergonha a história de Dom Paulo, inclusive, a igreja católica fazendo isso. É um absurdo total esse confisco. “Manutenção do estado de greve”, essa é a decisão da assembleia dos professores. “Denúncia e protesto contra a redução dos salários”.

“Repúdio às sistemáticas iniciativas burocráticas da Fundasp para destruir ou minimizar a atuação da Apropuc”, porque eles usam a mesma lógica dessa reforma trabalhista que foi feita no governo Temer. A “Ponte para o futuro” é a ponte para o inferno dos trabalhadores, porque eles fizeram uma reforma trabalhista contra o trabalhador, contra os sindicatos, para tentar neutralizar um instrumento de luta que o trabalhador tem, que é o seu sindicato, a sua associação.

“Manutenção de assembleia permanente”, é o que eles querem. “Envio de carta aberta à imprensa e à comunidade, divulgando os atos aqui mencionados. Envio de documento ao conselho universitário”, ao Consun, que é o conselho universitário da universidade, da PUC. “Preparação das medidas judiciais cabíveis”, e isso eles vão fazer, porque eles têm grandes juristas, grandes professores do mundo do Direito, operadores do Direito que vão, com certeza, ajudar nisso.

“Paralização e protesto na próxima terça-feira, dia 13” - amanhã - “contra a redução salarial”, contra esse confisco, esse atentado à dignidade humana, porque é isso, gente, é um direito adquirido.

Um documento mostra claramente isso, tem aqui todo um fundamento jurídico dando conta que é um direito adquirido e ela vai, simplesmente, reduzir os salários em pelo menos dez por cento.

Então, fica aqui o nosso total apoio aos professores e professoras da PUC, colocando o nosso mandato à disposição aqui na Assembleia Legislativa e nos associando a essa luta de vocês, que tem que ser a luta de todo o Magistério de São Paulo, porque mexeu com um, mexeu com todos. Todo o nosso apoio e repudiar essa decisão da mantenedora, da Fundasp, que é a fundação responsável por esse confisco contra os salários dos professores, dos docentes que estão lá ensinando os nossos alunos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos. O senhor vai falar novamente? Então, novamente, passo a palavra a V. Exa., deputado Carlos Giannazi, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bom, por fim, eu quero manifestar também o nosso total apoio à luta das educadoras de educação infantil do município de Naranđiba, município aqui do estado de São Paulo. As educadoras de educação infantil estão em luta pelo enquadramento na carreira do Magistério.

Nós temos um movimento muito forte em São Paulo, que é o movimento “Somos todas professoras”, que começou aqui na Assembleia Legislativa, em 2018, com as nossas audiências públicas com vários municípios, com várias educadoras de educação infantil, de várias cidades, lutando pelo enquadramento, porque elas são todas, de fato, professoras.

Elas devem ser enquadradas na carreira do Magistério, como determina a lei, a LDB, o Plano Nacional de Educação, os documentos do Conselho Nacional de Educação, porque elas exercem a carreira docente, elas são concursadas e elas têm formação ou no antigo Magistério ou, a maioria delas, em Pedagogia, em nível universitário.

Logo, elas deveriam ser enquadradas urgentemente - todas, sem exceção - na carreira do Magistério, para que tenham os mesmos direitos das professoras: aposentadoria especial, piso nacional salarial, jornada adequada de trabalho.

Não é isso o que acontece em uma boa parte dos municípios de São Paulo e eu tenho acompanhado a luta dessas educadoras, guerreiras da educação infantil de Naranđiba.

Elas conseguiram aqui uma iniciativa importante, um requerimento, o Requerimento nº 26/22 da Câmara Municipal da cidade de Naranđiba, orientando o prefeito, pedindo, fazendo uma indicação ao prefeito para que ele faça esse enquadramento.

O requerimento foi assinado aqui pelos nove vereadores da cidade, um apelo da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem um papel importante, porque esse enquadramento passa pela Câmara Municipal; ela tem que aprovar o projeto, que tem que ser enviado pelo Executivo, pelo prefeito. Tem que formular o projeto junto com as educadoras, com as suas representantes, e ele encaminha.

A Câmara Municipal vai votar o projeto favoravelmente. Já, há um enquadramento, que tem todo um amparo legal para se fazer isso. Muitos prefeitos: “Ah, não, tem a questão econômica”.

Não tem, porque o novo Fundeb que foi aprovado aumenta os investimentos para os municípios e para os estados. Até 2026 nós teremos um percentual de 13% a mais de investimento.

Tem um cronograma de investimentos, então os municípios, a cada ano, todos terão mais financiamento, porque o governo federal, pela nova lei, que investe 10%, vai investir 13% até 2026, em um escalonamento que já começou.

Então, prefeitos do estado de São Paulo, enquadrem as suas educadoras de Educação Infantil na carreira do Magistério. Faço um apelo ao prefeito para que ele siga a orientação... à Câmara Municipal, ao Poder Legislativo, que oriente, peça ao prefeito que ele faça o enquadramento.

Parabéns, Câmara Municipal de Naranđiba, que se colocou ao lado das educadoras de Educação Infantil, se colocou ao lado da lei, do bom senso, porque muita gente fala em primeira infância, dá importância da primeira infância.

Vejo nos programas partidários, na imprensa, todos falam da importância da primeira infância, mas um prefeito, por exemplo, que defende a primeira infância, mas que não investe em quem cuida da primeira infância, que são as professoras das creches, está sendo demagogo, populista.

Nós temos que investir em quem cuida da primeira infância e quem cuida da primeira infância é a professora, a educadora de educação infantil que fica o dia inteiro com o seu filho, com a sua filha, então ela tem que ser valorizada do ponto de vista salarial, funcional, da sua carreira, da sua carga horária de trabalho.

Por isso nós apoiamos imensamente essa luta pelo enquadramento já. Parabéns professoras de Naranđiba e também aos nossos colegas parlamentares da Câmara Municipal, que se colocaram ao lado das educadoras.

Quero ainda, Sra. Presidente, antes de encerrar o nosso Pequeno Expediente de hoje, fazer uma homenagem pública, novamente, às aposentadas e pensionistas que organizam o movimento, talvez o maior movimento hoje do estado de São Paulo, elas estão no Twitter, nas redes sociais movimentando,